



O PESO DO PASSADO: 60 ANOS DO GOLPE

Juliana Pirola da Conceição¹

Silêncio, ambiguidades e ironias

Em 2024, o Brasil completou 60 anos do golpe que deu início a duas décadas de ditadura civil-militar, cujas feridas permanecem abertas e latentes até hoje. Essas chamadas “datas redondas”, como aponta Caroline da Silveira Bauer (2011), são como condensadores de memórias, pois ativam os mais diversos sentidos sobre o passado e sobre o presente. Porque o passado é sempre pensado a partir do agora, do presente. Recordar a ditadura no Brasil é, então, discutir a atual democracia, com todas as suas ambiguidades e fragilidades. Além disso, as efemérides também são atividades direcionadas ao futuro, no intuito de fazer com que as pessoas se sintam portadoras de uma herança, um legado para as novas gerações, com funções claramente pedagógicas – *“Historia est magistra vitae”* [A história é a mestra da vida], como pontuava Cícero. No caso específico das ditaduras: *“Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”*, ou, como no caso argentino, *“recordar para no repetir”*, *“Nunca más!”*. Essa premissa traz inúmeros desafios para a escola e para o ensino de História, que deveriam preparar as bases para a condenação de qualquer novo intento de violação de direitos humanos. (Balestra, 2015). Nesse ponto, os eventos que marcaram as “rememorações” dos 60 anos do golpe do Brasil e os últimos acontecimentos políticos do país são emblemáticos para refletir sobre o nosso processo de construção de memórias e trazem à tona uma série de ironias e deslocamento de sentidos que dão a exata medida dos desafios que temos pela frente.

José Álvaro Moisés (2024) afirma que um “pacto de silêncio” encobriu a comemoração dos 60 anos do golpe no Brasil. À diferença de 2014 – quando a presidente

¹ Professora do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), juliana.conceicao@unila.edu.br

Dilma Rousseff discursou em evento no Palácio do Planalto e lembrou dívida do país com mortos e desaparecidos – em 2024 o presidente Lula desautorizou o ministro de Direitos Humanos, Silvio Almeida, a realizar um ato que lembraria os perseguidos pela ditadura na tentativa de evitar atritos com os militares. Em contrapartida, no dia 27 de março, o Clube Militar do Rio de Janeiro realizou um almoço em comemoração aos “60 anos do Movimento Democrático”. No convite, indicava-se: “60 anos do Movimento Democrático – *‘A história não se apaga nem se reescreve’*” (Schroeder, 2024).

Em outra frente, universidades e movimentos sociais organizados seguem no cumprimento do seu papel social, como um “*deber de memoria*”, com a realização de seminários, lançamento de livros, oferta de cursos para professores da educação básica e atos públicos de “(des)comemoração”, exigindo a revisão da Lei de Anistia, o julgamento dos crimes cometidos a recriação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995 e extinta em 2022 pelo governo de Jair Bolsonaro. Mas “pactos de silêncio” impedem o acionamento da justiça.

Nesse meio tempo, novos elementos ironicamente familiares roubam a cena em 2024 e colocam novamente no centro do debate as relações entre passado e presente nas discussões sobre ditadura e democracia, golpe e revolução. O primeiro se refere a um projeto de lei para a criação do “Dia Nacional dos presos políticos”, a ser celebrado no dia 9 de janeiro, data que marca a prisão de golpistas automeados “patriotas”, que invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal do Brasil, pedindo uma nova intervenção militar, após a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições. A iniciativa seria uma forma de homenagear os bolsonaristas presos que tiveram seus direitos humanos violados por militares e, portanto, seriam “vítimas” do Estado. Apesar da ironia e das aparentes semelhanças, Bernardo Ricupero (2024) indica que “*diferente da referência famosa, a história já não se repetiria como farsa, depois de ocorrer como tragédia, mas simplesmente cairia numa espiral farsesca*” (Ricupero, 2024).

Outra situação curiosa é que pelo menos 10 condenados pela tentativa de golpe no dia 8 de janeiro quebraram suas tornozeleiras eletrônicas e fugiram para a Argentina e

para o Uruguai se apresentando como “refugiados políticos”, o que destaca novamente as conexões entre as nossas histórias e rotas de fuga, no passado e no presente, já que ambos os países atualmente estão governados por presidentes neoliberais de extrema direita, apoiadores de Bolsonaro – Javier Milei, na Argentina, e Luis Lacalle, no Uruguai. Um dos fugitivos afirmou: *“Sou um preso político e, neste momento, um exilado político. Aqui no exílio não é fácil, longe da família”* (Bressan apud Braga, 2024). Agora está sob consulta pública um projeto de lei que pede “anistia” a todos que tenham sido ou venham a ser acusados ou condenados pelos crimes cometidos no dia 8 de janeiro.

Em ambos os casos, o que está em jogo é a história como construção social, e toda a sorte de manipulação a que estamos vulneráveis. E o senso comum é categórico: “faltam aulas de História!” As pessoas estariam banalizando o nosso processo democrático porque a escola não cumpre o seu papel. Será?

Ainda são escassos os estudos que se dedicaram a investigar a relação entre a história ensinada na escola e os comportamentos que as pessoas manifestam, especialmente porque não se aprende história só na escola. Mas com algum otimismo talvez seja possível afirmar que a democracia triunfou. Sobrevivemos a Jair Bolsonaro (nem todos) e as tentativas de um novo golpe fracassaram, mesmo em meio a todo o caos polarizante que vivemos, e isso já é uma vitória. A resistência democrática se manifestou nas ruas, nas instituições e nas urnas, apesar de todas as dificuldades e ameaças. Esse momento de triunfo não é apenas um alívio temporário, mas uma demonstração de consolidação das instituições democráticas brasileiras, o que passou, necessariamente, pela educação e pelas aulas de História.

“É preciso estar atento e forte”

A política brasileira nos lembra constantemente que a democracia nunca deve ser tomada como garantida. Ela é uma conquista diária, feita de pequenas e grandes batalhas, de diálogos e divergências. Para nós, professores de História, o desafio é tomar partido em questões políticas, em lidar com processos inacabados que envolvem pessoas vivas e

ativas na arena política e social. Nesse processo, cabe considerar que mesmo que a temática figure entre os documentos curriculares, isso não significa que ela seja abordada ou discutida nos espaços educativos. Em muitos casos, as resistências *vêm de dentro*, como uma *autocensura* dos próprios professores, pelo medo de se envolverem em conflitos que existem entre o que é assumido como memória pública e o que se discute internamente nos grupos de convívio. Mas o dissenso político é pedagógico e forma parte das representações sobre essa e outras histórias que adentram os muros da escola. Por isso, trabalhar com questões polêmicas é essencial para aprender a lidar com diferentes pontos de vista e para a participação democrática.

E para que a discussão não se perca por sua complexidade, finalizo este texto com três sugestões de oficinas sobre a história das ditaduras no Cone Sul, realizadas desde 2018 com os estudantes do curso de História - Licenciatura da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)², em uma disciplina optativa criada para este fim com o nome de “Ensino de História e Ditaduras”. O objetivo da disciplina é engajar futuros professores de História no ensino da temática, mas as atividades propostas podem ser adaptadas a diferentes faixas etárias e contextos de ensino. Em cada oficina os participantes são convidados a realizar as atividades como se fossem o seu público-alvo, mas como se trata de professores em formação, indica-se também uma bibliografia obrigatória de estudo, que permite aprofundar as reflexões teóricas que surgem da realização das atividades propostas.

² A UNILA é uma universidade criada com a missão institucional de contribuir com a integração latino-americana. E para garantir o cumprimento desta missão, desde 2010 metade das vagas de todos os cursos oferecidos, de Graduação e Pós-Graduação, são destinadas a estudantes de países da América Latina e Caribe. Portanto, as atividades apresentadas partem da premissa de se trabalhar com a história das “ditaduras”, no plural, e não apenas no singular, o que requer reconhecer que os golpes de Estado, o autoritarismo, a violação de direitos humanos, os exílios e as resistências são elementos compartilhados entre diferentes países da região. Da mesma forma, as heranças desse passado e a luta contra o esquecimento seguem como desafios comum. Essa premissa também abre espaço para entender como as ditaduras estavam articuladas entre si, a exemplo da Operação Condor, e extrapolaram fronteiras nacionais.



OFICINA 1 – COMO É VIVER EM UMA DITADURA?

Todos nós já ouvimos nossos pais e avós comentarem sobre como era viver em uma ditadura. Agora, no tempo presente, os governos chamados democráticos parecem ser a regra em toda a América Latina, mas muita gente teme que essa história possa se repetir, caso a gente não se lembre dela.

Na intenção de manter viva essa memória, o Observatório da Democracia do Parlamento do Mercosul (ODPM) está organizando um documentário com depoimentos de pessoas que viveram em ditaduras nos diferentes países do Mercosul e podem contar para as futuras gerações como era viver sob um governo ditatorial. A dificuldade está em selecionar os entrevistados e as histórias a serem contadas, porque as pessoas que viveram o período passaram por experiências diferentes e tem opiniões muito divergentes sobre como era a vida nesses governos.

Para ajudar a selecionar quem deve ser entrevistado para o documentário você deverá analisar com atenção o que essas pessoas já disseram sobre o assunto em outros meios de comunicação, assim será mais fácil indicar quem poderá contribuir para a produção do documentário.

A única exigência da produtora é que as histórias narradas pelos entrevistados possam ser comprovadas por outras fontes, de modo a evitar qualquer tipo de processo judicial posterior pela divulgação de informações falsas.

Por isso, você deverá ficar atento aos seguintes pontos:

- a) Quem faz o relato e qual a sua relação com o governo ditatorial?
- c) Em quais evidências se baseiam cada relato?
- d) As experiências narradas são coletivas ou individuais?
- e) Existem narrativas opostas ao que é apresentado pela pessoa? Em que elas se fundamentam?

Depois de analisar todos os relatos disponíveis você deve indicar três pessoas para serem entrevistadas e justificar para a produtora como elas podem contribuir para entender o que é viver em uma ditadura.
(Elaboração da autora).

Nesta primeira oficina são apresentados distintos vídeos disponíveis online que interpretam a história das ditaduras nos diferentes países, desde políticos famosos, ativistas e pessoas comuns. O objetivo é refletir sobre as diferentes versões que se colocam sobre a história das ditaduras quando começamos a abordar o tema, especialmente na atual conjuntura de questionamento das ciências e supervalorização de “opiniões” e lembranças individualizadas. Como lidar com isso? Será que todas as versões sobre esse passado são igualmente válidas? A proposta é recuperar os exercícios



mais importantes da pesquisa histórica: a crítica interna e externa das fontes e a comparação entre diferentes tipologias de fontes.

OFICINA 2 – GÊNERO E REPRESSÃO

Este ano o Memorial da Resistência de São Paulo está organizando uma programação especial para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado anualmente no dia 10 de dezembro.

Parte desta programação envolve a produção de um catálogo temático sobre Gênero e Ditadura com imagens de seu acervo que fazem referência às lutas e violências de gênero durante as últimas ditaduras civil-militares, no Brasil e na América Latina. São fotos, capas de jornais, cartazes e charges da época.

A intenção é distribuir esse catálogo aos visitantes do Memorial, em sua maioria alunos e professores de escolas públicas da cidade, para promover a reflexão sobre as mudanças e permanências nas violências de gênero, enfatizando o direito à igualdade de gênero como um direito humano.

Para colaborar neste trabalho, você e sua equipe foram convidados a elaborar legendas explicativas para as imagens selecionadas, destacando:

- a) A relação da imagem com o contexto histórico do período;
- b) Indicativos de como realizar a leitura das imagens, observando todos os detalhes expostos e suas possíveis interpretações para entender o período representado;
- c) A proposição de reflexões entre passado e presente na leitura das imagens.

Além disso, também é necessário escrever um texto de apresentação para o catálogo, destacando a temática e o potencial das imagens para as reflexões propostas.

(Elaboração da autora).

O objetivo da Oficina 2 é discutir um dos aspectos mais sensíveis da violação de direitos humanos imposta pelas ditaduras civil-militares da região: a violência de gênero. A intenção é refletir sobre os motivos que levaram ao uso desproporcional da violência contra mulheres, crianças e homossexuais e as expectativas sobre seus papéis na sociedade, no passado e no presente. Nesta oficina, portanto, o foco não está apenas na violência, mas nos papéis de gênero na sociedade e como isso se acirra em governos autoritários. As imagens indicadas para o trabalho são fotografias, capas de jornais, capas de revista, cartazes e charges que circularam entre as décadas de 1960 e 1970 em diferentes países da América Latina. O trabalho consiste em pesquisar informações sobre



a história dessas imagens, como autoria, contexto de produção e circulação, e criar legendas para elas relacionando passado e presente, de modo que elas possam compor um catálogo temático sobre “Gênero e Ditadura”, conforme as instruções da atividade.

OFICINA 3 – O SOM DA RESISTÊNCIA

Parte 1

A história da música se entrelaça com as histórias vividas em todo o tempo e em todo lugar. As letras e melodias das canções sempre dialogam a realidade e os dilemas enfrentados pelos seus compositores e ouvintes, transformando-as em fontes privilegiadas dos modos de sentir e pensar em uma determinada época. Nos regimes ditatoriais que marcaram a América Latina na segunda metade do século XX, a música foi um dos principais meios utilizados para denunciar as violações cometidas e engajar movimentos de resistência, de forma compartilhada.

A seguir estão as letras de 3 músicas que circularam no período. Ouça as músicas, investigue sua história e a de seus compositores e responda às seguintes questões:

- . Onde se passam as situações narradas nas músicas?
- . Que informações aportam sobre o período?
- . Quais conflitos expõem?
- . O que elas têm em comum?

Parte 2

Agora imagine que você e um grupo de amigos foram convidados a organizar a trilha sonora de um documentário intitulado “El Cóndor está vivo”, dirigido por um importante cineasta uruguaio, que irá abordar as permanências do autoritarismo na América Latina e sua relação com a ascensão de grupos fascistas na atualidade.

A recomendação da produtora é que vocês selecionem pelo menos 3 músicas, de diferentes países, que denunciem as permanências do autoritarismo e/ou violações de direitos humanos na atualidade.

Quais músicas vocês escolheriam para compor essa trilha sonora?

Relacione as músicas escolhidas, seus autores, e uma breve justificativa para cada escolha de cada música.

(Elaboração da autora).

Nesta terceira oficina o objetivo é aprofundar o uso de um recurso muito recorrente nas aulas de História sobre as ditaduras: as músicas que tocavam na época. As diversas manifestações artísticas, em geral, serviram como um fio condutor para a resistência de quem se posicionava contra os governos civil-militares do Cone Sul. No campo musical, muitos desses artistas buscaram recuperar os ritmos e temas folclóricos

tradicionais para produzir músicas de conteúdo social que ajudassem as pessoas a refletirem sobre sua realidade, como no caso do Chile, com Violeta Parra, e da Argentina, com Mercedes Sosa. Em outros casos mais emblemáticos, a intenção era mesmo a de denunciar as violações cometidas pelas ditaduras e provocar a indignação e a revolta contra esses governos, a exemplo das canções de Chico Buarque e Geraldo Vandré, no Brasil. São as chamadas “canções de protesto”. Com isso, a função social da música deixava de ser apenas o entretenimento e as canções passaram a ser concebidas para “fazer pensar”. Por esse motivo, muitos artistas foram perseguidos, presos e até assassinados por esses governos.

Para a atividade, os participantes devem investigar a autoria, produção, circulação e conteúdo de três músicas que circulavam em diferentes países durante o período ditatorial, como fontes para esta história. Como exemplo, pode-se sugerir “Opinião”, de Nara Leão e Zé Keti (Brasil); “Como la cigarra”, de Mercedes Sosa (Argentina); e “Ni toda la tierra entera”, de Isabel Parra (Chile). Na sequência, deve-se selecionar outras três músicas contemporâneas que tratem das permanências do autoritarismo na atualidade.

Por fim, como destaca Verena Alberti (2014), antes de iniciar qualquer trabalho com a temática é preciso garantir algumas “condições” de trabalho. Segundo a autora, antes de tudo é preciso criar um ambiente seguro, onde alunos e professores se sintam confortáveis para debater e correr riscos. Neste ponto, o apoio da escola é fundamental. Além disso, também é preciso tempo para entender questões complexas e se apropriar das informações novas que elas ensejam, pois a superficialidade do debate pode gerar, ao contrário do que se propõe, mais dualismos e estereótipos. Além disso, é essencial o envolvimento pessoal. É preciso muita disposição e engajamento para produzir tanto a curiosidade quanto a vontade de se envolver plenamente em questões que, provavelmente, exigirão lidar com emoções, tomada de posição, raciocínios complexos e resolução de conflitos em sala de aula. Um trabalho difícil, porém, necessário, porque a história nos mostra todos os dias que o peso desse passado entre as novas gerações é determinante para as nossas próprias expectativas de futuro.



Referências

BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição. *O peso do passado: currículos e narrativas no ensino de história das Ditaduras de Segurança Nacional em São Paulo e Buenos Aires*. 2015. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BAUER, Caroline da Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. 2011. 446 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-Barcelona, 2011.

BRAGA, Laura. 8/1: condenados violam tornozela e fogem do Brasil; veja quem são. *Metrópoles*, 14 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/8-1-condenados-violam-tornozela-e-fogem-do-brasil-veja-quem-sao>. Acesso em: 20 maio 2025.

MOISÉS, José Álvaro. Considerações sobre o pacto de silêncio que encobriu a comemoração dos 60 anos do golpe militar. *Jornal da USP*, 03 de abril de 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/consideracoes-sobre-o-pacto-de-silencio-que-encobriu-a-comemoracao-dos-60-anos-do-golpe-militar/>. Acesso em: 18 maio 2024.

SCHROEDER, Lucas. Clube Militar realizará almoço em comemoração aos 60 anos do golpe de 1964. *CNN*, 13 de março de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/clube-militar-realizara-almoco-em-comemoracao-aos-60-anos-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 18 maio 2024.